

Uma questão de fome, “Suplemento Literário”, 15 dez. 1962

Vladimir Herzog

O Estado de S. Paulo, “Suplemento Literário”, 15 dez. 1962

Cinema e infância – um assunto para muitos sinônimo de sexo angelical: para os que do cinema fazem apenas praça de erudição de almanaque, sublimadores de mórbidas frustrações ou meros subcronistas, entretenedores de vítimas resignadas ao uísque nacional. Para os que se deleitam com o jogo sucessório de luzes e sombras, tragicômicos esmiuçadores de “divindades” e “ismos” por atacado. Para estes, realmente, o cinema nada ou quase nada tem a ver com a criança.

Cinema e infância – quantas crianças há no Brasil?

Contemo-las e contemos quantos filmes se exibem. Teremos, antes de mais nada, o significado quantitativo do problema. Depois, se nosso interesse não se cingir ao frio número, corramos os olhos pelas estatísticas ainda precárias de escolaridade, criminalidade, analfabetismo e morte. Naturalmente, os papas das digressões pseudocinematográficas taparão o nariz diante de semelhante sugestão. Os olhos, estes, de há muito os têm cerrados. De acordo com tais luminárias, cinema é assunto para adulto. Adulto, no caso, um bem determinado e delimitado círculo de iniciados num ritual tão pitoresco quão misterioso: a arte de olhar e ouvir sem ver nem sentir.

Estas observações introdutórias podem parecer algo pernósticas (em certa medida o são) mas julgamo-las necessárias porque verificamos estar o cinema, entre nós, – como de resto qualquer produção artística – irremediavelmente impregnado pelo intelectualismo irresponsável, unicamente engajado na autocontemplação e no *laissez faire*.

Cinema é assunto de todos e, portanto, da criança.

Primeiro porque (a frase não é nossa) crianças vão ao cinema “com, sem ou apesar dos adultos”. Depois, tenhamos em vista que, afora seu aspecto lúdico, o cinema é um veículo de ideias e, portanto, de valores. Valores éticos, estéticos, psicológicos, matérias-primas para a paulatina formação e amadurecimento dos juízos sociopolíticos do futuro adulto, integrados neste ou naquele esquema ideológico. Evidentemente, não só de cinema vive o homem. Mas de cinema também. Cumpre portanto verificar até que ponto vai esse “também”, o qual, cada dia que passa, parece mais extenso na importância que desempenha como elemento influenciador.

Como em muitas outras coisas, não somos pioneiros em estudos e, menos ainda, em realizações do cinema para a infância e para a juventude. Europeus (russos e franceses principalmente) e norte-americanos adiantaram-se no assunto. Como se sabe, tal gênero de cinematografia desenvolve-se sobretudo no Leste europeu, estreitamente vinculado à produção normal, daí resultando um contínuo aprimoramento de técnicas narrativas, utilização de imagens, objetos e entrecchos selecionados segundo critérios racionais, frutos de pesquisas sistemáticas junto ao público a que se destinam. E deduz-se facilmente que o objetivo é educar. E deduz-se ainda que o campo não é propício, pela sua própria natureza, ao aventureirismo diletantístico-comercial.

Daí a provável razão pela qual, no Brasil, afora iniciativas isoladas e pioneiras, nada se fez em matéria de cinema para os moços.

A primeira explicação que ocorre à mente de quem não conhece ou finge não conhecer o problema é de que cinema infantil não é negócio. Por pouco incrível que pareça a afirmação tem até um laivo de verdade: a verdade hipócrita e falaciosa dos arautos do “box-office”, mercadores para os quais não há diferença fundamental entre cinema e uma loja de armarinhos. Esses quintadeiros do acetato costumam objetar que, afinal de contas, “é preciso também matar a fome”. Mas entre matar a fome (ato para o qual aconselharíamos sinceramente uma boa batida de limão, que refresca e fortifica) e condicionar as possibilidades de manifestação de uma arte ao jogo corrupto da oferta e da procura, vão quilômetros de distância. Entretanto, em que pesem estas fatalidades, encaremos a realidade cinematográfica nacional tal como ela se apresenta: uma operação comercial sujeita às cotações do mercado.¹

Dentro deste panorama, só se pode concluir que cinema para a juventude é matéria da qual o Estado deveria cuidar. Colocado neste pé, o problema nos tenta a um exercício digressivo no condicional: o que seria este cinema se o governo fizesse aquilo que deveria fazer mas não faz. Para que não nos tachem de subversores-mirins da ordem constituída, contentemo-nos em constatar que o Estado não faz. Não é momento propício para dizer certos “porquês”.

Em vista de tal inoperância, o cinema infantojuvenil e educativo em geral ficou entre nós circunscrito à generosidade propagandística dos consulados estrangeiros.

O cinema educativo nacional, como dissemos, limita-se até o momento ao pioneirismo: um “Saci” que nasceu, morreu e ficou por isso mesmo; uma “Aruanda” que, para ser feita, precisou de um patrocinador para cada minuto de filme; algumas “Brasilianas” e outras fitas de Humberto Mauro, vistas por meia dúzia de bem-aventurados.

“É preciso também matar a fome.” Mas matar a fome de quem?

Aos que pensam cinema não como um derivativo onírico, mas como uma atividade intimamente relacionada com o processo de desenvolvimento cultural do País, a resposta é óbvia. Como foi óbvia para aquele educador, dias atrás, no Simpósio de Marília, ao caracterizar a questão do Cinema e a Infância nos seguintes termos: “Nas atuais circunstâncias, o cinema é um problema social e, no tocante à infância, desumano”.

A sociabilidade, no caso, deriva tanto do aspecto positivo quanto do negativo da frequência dos jovens ao espetáculo cinematográfico. Segundo foi demonstrado na referida reunião, a quase totalidade das crianças do meio rural jamais viu um só filme. E não é por não querer mas por não poder. Criança do campo nem estudar pode, quanto mais ir ao cinema. E, depois, com que dinheiro? Cinema é negócio...

Nos centros urbanos, onde há cinemas, as crianças vão. Mas aí entra outro problema. As programações comerciais do nosso Interior primam, infinitamente mais do que nos circuitos das capitais, pelo mau gosto descaradamente mercenário das programações. Se em São Paulo ou no

1 No presente estágio em que nos encontramos, nem o assim chamado “Cinema Novo” criou condições, ou delas nasceu, propícias a uma produção não comercial de cinema. Nas circunstâncias brasileiras, tal produção parece inviável sem o amparo oficial e deve visar a uma assistência com necessidades mais urgentes: a escola.

Rio o público juvenil pode ter ainda, bem ou mal, algumas oportunidades para assistir a filmes decentes e úteis à sua formação, na província este público está irremediavelmente condenado a digerir dramalhões, “westerns”, chanchadas e seriados da pior espécie. E até nas chamadas sessões “especiais” para crianças exibem-se fitas sem a observação dos mais elementares critérios seletivos, quando não infringindo mesmo o platônico dispositivo da censura oficial. Esta, em vez de ter uma função orientadora e portanto construtiva, limita-se quando pode ao seu caráter policialesco, destratando pais e responsáveis ou tocando a pontapés menores de catorze anos ao soar das 22 e 30 horas. E a imbecilidade de nossa magistratura que se ocupa do menor não para aí. Vedando aos jovens o ingresso a fitas que lhes poderiam ser de grande utilidade (e somos imediatamente levados a citar *Les 400 coups* de Truffaut, entre outras), levaram alguns especialistas na matéria – como se viu em Marília – a aconselhar seus pupilos à prática da burla pura e simples, já que a finalidade no caso justifica plenamente o meio usado. Felizmente está em estudos uma reforma do Código de Menores, para a qual se pode vaticinar, através de informações que transpiram, a solução de certos aspectos negativos e a perpetuação de outros como, por exemplo, a sujeição da matéria em questão à pessoa do juiz.

O diletantismo intelectual é responsável ainda por outra falácia: a de que o cinema é escola e estímulo para a delinquência. Diante de uma afirmação dessas (com a qual muitos pais, mestres, “cientistas” e “cinéfilos” dão-se as mãos) a expressão “diletantismo intelectual” só é aplicada por puro eufemismo. Pois o que há no caso é nada mais do que ignorância e má-fé de quem assim julga. Que *Rififi* pode ensinar como roubar ou *Scarface* como matar, não há dúvida. O que tais filmes, entretanto, não fazem é responder, em si mesmos, ao por quê. E os que apontam o cinema como corresponsável pela criminalidade juvenil são justamente aqueles que se abstêm de querer saber os porquês. Cinema é negócio.

Como bem disse o mesmo relator do Simpósio de Marília, a delinquência “não é produto das condições culturais exportáveis mas surge das próprias condições econômicas em que a criança vive. É um problema de fome”. Com tais perspectivas, nossos assim chamados educadores poderiam assumir uma atitude positiva diante da realidade nacional, dando sujeitos e objetos específicos à impostação dos “porquês” e, a partir daí, trabalharem.

Tal é a tarefa daqueles para quem a arte – cinema incluído – é, antes de mais nada, educação. Educação e cinema para a criança, antes do que para o adulto, do qual pouco se pode esperar. Delas, das crianças, é preciso matar a fome. Fome em qualquer sentido da palavra.

HERZOG, Vladimir. “Uma questão de fome”. *O Estado de S. Paulo*, “Suplemento Literário”, São Paulo, 15 dez. 1962, p. 5.